

CEB Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em 31/12/2019 e
Relatório dos Auditores Independentes**

Março de 2020



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

CONTEÚDO

1	RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
2	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Conselheiros e Diretores da
CEB Participações S.A.

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras da CEB Participações S. A. ("Companhia" ou "CEBPar"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas Demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEB Participações S. A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Ênfases

Sem modificar a nossa Opinião, chamamos a atenção para os seguintes assuntos:

- 1) Conforme demonstrado na Nota explicativa nº 7, a CEBPar possui um investimento na Corumbá Concessões S.A. com participação de 1,5172% (2,3461% em 2018), representando R\$4,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2018). Esta investida apresenta em 31 de dezembro de 2019 capital circulante líquido negativo de R\$49 milhões (R\$72 milhões em 31/12/2018), passivos relevantes com Debêntures no montante de R\$216 milhões (R\$288 milhões em 31/12/2018) e com provisões contingenciais R\$49 milhões (R\$48 milhões em 31/12/2018), além de possuir índice de liquidez geral de 0,33 (0,20 em 31 de dezembro 2018). A investida apresentou

lucro líquido de R\$20 milhões em 2019 (R\$40 milhões em 2018). A geração de resultado do investimento da CEBPar na Corumbá Concessões está condicionada à obtenção pela investida de resultados futuros em montante suficiente para a continuidade de suas operações, bem como ao sucesso na implementação do seu plano de negócios com redução dos custos de operação e amortização das Debêntures para redução gradual do custo financeiro. Essa investida mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas, basicamente envolvendo venda de energia para a CEB Distribuição, empresa do mesmo grupo econômico. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Em 2019 a participação da CEBPar na investida foi reduzida conforme descrito na mesma nota explicativa supramencionada.

- 2) Conforme mencionado na Nota explicativa nº 26, o Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações vender sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Neste momento, não nos é possível determinar os eventuais efeitos futuros de venda destes ativos sobre as Demonstrações financeiras da Companhia, caso estes eventos venham a ocorrer.

Outros assuntos

- 1) A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa Opinião, avaliamos se essa Demonstração está conciliada com as Demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa Opinião, essa Demonstração foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação as Demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, os assuntos descritos na seção “Ênfases” supra também são aplicáveis à essa Demonstração.
- 2) As Demonstrações financeiras da CEBPar referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós e sobre as quais emitimos relatório datado de 21 de março de 2019 sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos descritos acima na seção “Ênfases” além de parágrafo de Ênfase adicional sobre litígio arbitral conforme descrito na Nota explicativa nº. 7.

Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores

A Administração da CEBPar é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa Opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos Auditores pela auditoria das Demonstrações financeiras

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 13 de março de 2020

NEXIA TEIXEIRA Auditores
CRC MG 5.194



Domingos Xavier Teixeira
Sócio e Diretor Executivo
Contador CRC MG-14.105-O/5-S-DF-103



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEÚDO

Balanço Patrimonial	2
Demonstração do Resultado do Exercício.....	3
Demonstração do Resultado Abrangente.....	4
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Demonstração do Valor Adicionado	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8 – 34





CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.473	6.976	Contas a pagar	10	121	172
Concessionários e permissionários	4	3.119	4.460	Salários e encargos sociais		105	88
Impostos a recuperar		41	101	Impostos e contribuições sociais	11	363	344
Repactuação do Risco Hidrológico	5	76	76	Dividendos mínimos obrigatório	13.2	6.409	3.945
Empréstimos com parte relacionada	6	389	170	Outras obrigações	12	873	984
Serviços em curso	12a)	366	-			<u>7.871</u>	<u>5.533</u>
Aplicações financeiras	22	484	-				
Outros créditos		139	171				
		<u>17.087</u>	<u>11.954</u>				
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Cauções e depósitos vinculados		103	103	Provisões contingenciais	21	<u>2.258</u>	<u>1.537</u>
Empréstimos com parte relacionada	6	203	536			<u>2.258</u>	<u>1.537</u>
Serviços em curso	12a)	-	93				
Aplicações financeiras	22	-	371				
Repactuação do Risco Hidrológico	5	925	1.000				
Realizável a Longo Prazo		<u>1.231</u>	<u>2.103</u>	Patrimônio Líquido			
Investimentos	7a)	4.867	4.558	Capital Social	13.1	21.270	21.270
Imobilizado	8	19.022	19.277	Reserva de lucros	13.2	11.566	10.322
Intangível	9	707	770	Outros resultados abrangentes		(51)	-
		<u>25.827</u>	<u>26.708</u>			<u>32.785</u>	<u>31.592</u>
Total do Ativo		<u><u>42.914</u></u>	<u><u>38.662</u></u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u><u>42.914</u></u>	<u><u>38.662</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional líquida	14	26.143	19.743
Custo com energia elétrica e operação	15	(8.122)	(3.568)
Lucro operacional bruto		<u>18.021</u>	<u>16.175</u>
Receitas / (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	16	(2.469)	(2.304)
Resultado de equivalência patrimonial	7	389	792
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	269
		<u>(2.080)</u>	<u>(1.243)</u>
Resultado antes do Resultado Financeiro		<u>15.941</u>	<u>14.932</u>
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	909	665
Despesas financeiras		(36)	(58)
		<u>873</u>	<u>607</u>
Resultado antes dos tributos		<u>16.814</u>	<u>15.539</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	18		
Imposto de Renda		(816)	(615)
Contribuição Social		(400)	(303)
		<u>(1.216)</u>	<u>(918)</u>
Lucro líquido do Exercício		<u><u>15.598</u></u>	<u><u>14.621</u></u>
Lucro Básico e Diluído por Ação		0,7333	0,6874

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>15.598</u>	<u>14.621</u>
Efeitos da mudança de participação relativa em Coligada	(51)	-
Resultado abrangente total	<u><u>15.547</u></u>	<u><u>14.621</u></u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras





CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	21.270	-	2.646	2.878	-	26.794
Operações com acionistas:						
Dividendos declarados 2017 e pagos	-	-	-	(2.878)	-	(2.878)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	14.621	14.621
Dividendos Intercalares 2018	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Constituição da Reserva Legal	-	-	731	-	(731)	-
Dividendos Declarados 2018	-	-	-	-	(3.945)	(3.945)
Dividendos Adicionais Propostos 2018	-	-	-	6.945	(6.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.270	-	3.377	6.945	-	31.592
	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Dividendos Adicionais Propostos		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21.270	-	3.377	6.945	-	31.592
Operações com acionistas:						
Dividendos declarados 2018 e pagos	-	-	-	(6.945)	-	(6.945)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	15.598	15.598
Dividendos Intercalares 2019	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Constituição da Reserva Legal	-	-	780	-	(780)	-
Dividendos Declarados 2019	-	-	-	-	(6.409)	(6.409)
Dividendos Adicionais Propostos 2019	-	-	-	7.409	(7.409)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(51)	-	-	-	(51)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.270	(51)	4.157	7.409	-	32.785

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Atividades Operacionais		
Entradas:		
Recebimento pela Venda de Energia Elétrica	23.308	17.570
Recebimento pela Prestação de Serviços	829	756
Recebimento de Juros sobre Aplicação Financeira	474	216
Venda Energia - MCP	1.620	-
Recebimento de Juros e Encargos	2	399
Outros Recebimentos	-	68
	26.233	19.009
Saídas:		
Operações com Energia Elétrica	(1.204)	(1.032)
Fornecedores de Materiais e Serviços	(3.114)	(2.514)
Salários, Remuneração e Encargos	(1.469)	(1.693)
Compensação de Recursos Hídricos	(404)	(231)
Pagamento de Tributos	(2.398)	(1.656)
Encargos Setoriais	(331)	(275)
Outros	(1)	(1)
	(8.921)	(7.402)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	17.312	11.607
Atividades de Investimento		
Entradas/Saída:		
Recebimento de dividendos	89	16
Recebimento do Principal - Mútuo	158	-
Aquisição de imobilizado	(172)	(28)
Caixa líquido Gerado nas Atividades de Investimento	75	(12)
Atividades de Financiamentos		
Entradas:		
Pagamento de dividendos	(11.890)	(5.878)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos	(11.890)	(5.878)
Aumento (Redução) do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.497	5.717
Demonstração da variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	6.976	1.259
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	12.473	6.976
	5.497	5.717

As notas explicativas são partes integrantes da demonstrações financeiras



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
1 - Receitas		
Venda de Energia Elétrica	27.125	20.386
Prestação de Serviços	884	812
Outras Receitas	-	271
	<u>28.009</u>	<u>21.469</u>
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros		
Serviços de Terceiros	(2.857)	(2.059)
Taxa de Fiscalização ANEEL	(56)	(162)
Operações com Energia elétrica	(3.774)	(105)
Repactuação do risco hidrológico	(76)	(76)
Custo Pelo Uso do Sistema de Distribuição	(1.188)	(1.056)
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos	(361)	(288)
Outras Despesas	(551)	(239)
	<u>(8.863)</u>	<u>(3.985)</u>
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	<u>19.146</u>	<u>17.484</u>
4 - Retenções		
Depreciação	(712)	(708)
Amortização	(64)	(64)
	<u>(776)</u>	<u>(772)</u>
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido (3-4)	<u>18.370</u>	<u>16.712</u>
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras	909	665
Equivalência Patrimonial	389	792
	<u>1.298</u>	<u>1.457</u>
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	<u>19.668</u>	<u>18.169</u>
	<u> %</u>	<u> %</u>
Pessoal e Encargos	1.496 8%	1.757 10%
Despesas Financeiras	36 0%	58 0%
Impostos, Taxas e Contribuições	2.538 13%	1.733 10%
Resultado do período	15.598 79%	14.621 80%
8 - Valor Adicionado total Distribuído	<u>19.668</u>	<u>18.169</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e Informações gerais**1.1. Objetivo social**

A CEB Participações S.A. (“CEBPar” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB. Foi constituída em 26 de janeiro de 2000 e autorizada a funcionar através da Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997. Tem a sua sede social localizada na cidade de Brasília–DF.

A CEBPar tem como objeto social comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira, vedada a participação em entidades sem fins lucrativos. Atualmente, a CEBPar participa da empresa Corumbá Concessões, S.A. com 1,5172% de seu capital (Nota 7.a) e no Consórcio CEMIG-CEB, responsável pela Usina Hidroelétrica de Queimado – UHE Queimado, com 17,5% do Consórcio. (Nota 1.3).

1.2. Concessão

O contrato de concessão nº 06/97 foi firmado em 18 de dezembro de 1997 entre a União e o Consórcio CEMIG-CEB (“Consórcio”), para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Preto, entre os municípios de Unaí, no Estado de Minas Gerais e Cristalina, no Estado de Goiás, denominado UHE Queimado, com potência mínima instalada de 105 MW, bem como do respectivo Sistema de Transmissão Associado, que inclui uma linha de transmissão de cerca de 40 km, conectada na tensão de 138 kV, na subestação Unaí 3, de propriedade da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

O prazo de Concessão de aproveitamento hidrelétrico é de 35 (trinta e cinco) anos contado a partir de 1997, restando 13 anos para o seu final, que é prorrogável a critério exclusivo do Poder concedente, mediante requerimento prévio das Concessionárias partes do Consórcio, com antecedência de 36 (trinta e seis) meses do seu término. Ao final da concessão, todos os bens e instalações vinculados ao Aproveitamento Hidrelétrico e ao Sistema de Transmissão Associado passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, aos Concessionários, dos investimentos ainda não amortizados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente.

A energia elétrica gerada pela UHE Queimado é para uso exclusivo das partes concessionárias, na condição de produtores independentes, na proporção da sua participação na formação do consórcio CEMIG-CEB como segue:

Concessionárias	Participação
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	82,5%
Companhia Energética de Brasília – CEB	17,5%
Total	100,0%

1.3. Consórcio CEMIG - CEB

A CEMIG e a CEB constituíram em 1997 o Consórcio CEMIG – CEB, através do Contrato de Constituição do Consórcio, cujo objeto é a exploração compartilhada de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Queimado e Sistema de Transmissão Associado (AHE Queimado), hoje UHE Queimado, nos termos do Contrato de Concessão nº 06/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A CEMIG é considerada Líder do Consórcio e é a responsável perante a ANEEL pelo cumprimento das obrigações descritas do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da CEB.

A participação de cada consorciada segue a proporção definida no Contrato de concessão. Dessa forma, as alterações realizadas no Contrato de concessão através dos 1º e 2º aditivos também foram refletidas no Consórcio CEMIG – CEB, composto atualmente por CEMIG Geração e Transmissão S.A. e CEB Participações.

A Administração do Consórcio é exercida de forma compartilhada entre as consorciadas, através de duas Diretorias, uma Administrativa e Financeira, a cargo da CEB Participações, e outra de Operação, a cargo da CEMIG GT, além de um Conselho Deliberativo.

O Consórcio não tem personalidade jurídica nos termos do artigo 278 da Lei nº 6.404/76 e sua constituição foi feita de acordo com o artigo 279 desta Lei. O Consórcio não gera receita de venda de energia. As despesas necessárias à operação e manutenção da usina são diretamente suportadas pelas empresas consorciadas, na medida em que tais recursos são necessários e na proporção de sua participação no consórcio. Portanto, para o Consórcio liquidar seus passivos são necessários aportes de recursos da consorciadas.

De acordo com a primeira subcláusula da cláusula terceira do Contrato de Concessão nº 06/97 ANEEL, a CEB Participações S.A. comercializa a energia produzida na sua cota-parte no ambiente regulado sendo inserida atualmente no 1º Leilão para contratação da concessão e autorizações e para produção e compra de energia no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2037. Os contratos de venda de energia foram realizados em período superior ao da concessão, que se encerra em 2032, sendo que a Administração da Companhia entende que, caso a concessão não seja prorrogada em nome do Consórcio CEMIG – CEB, a obrigação dos contratos de venda de energia será repassada à Entidade que assumirá a concessão da UHE Queimado.

A UHE Queimado encontra-se em operação desde abril de 2004 com três turbinas, representando uma potência instalada de 105 MW e energia assegurada de 67,90 MW. No exercício 2019 a UHE Queimado produziu 43,34 MW médios, ou seja, 64% da sua garantia física (36,18 MW médios gerados em 2018, equivalente a 53% da garantia física).

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), incorporando as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Sociedade adota o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica – MCSPEE, cujo plano de contas do setor elétrico está contido, bem como as normas e orientações da ANEEL.

A Companhia elaborou a demonstração dos fluxos de caixa – DFC pelo método direto nos termos da CPC 03 (R2). Adicionalmente, a Companhia apresenta a conciliação entre o lucro líquido do período para o Caixa líquido das atividades operacionais na Nota Explicativa nº 24.

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado – DVA nos termos da CPC 09, como parte integrante das demonstrações financeiras, em linha com as determinações dos seus acionistas.

A CEBPar avaliou os eventos subsequentes até 12 de março de 2020, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras pela Diretoria colegiada da Companhia, e concluiu que não houve eventos que pudessem modificar as demonstrações financeiras demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis em relação aos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

i) Redução do valor recuperável de ativos

Ativos financeiros (Aplicações financeiras e contas a receber): São avaliados quanto à sua recuperabilidade periodicamente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: O saldo de imobilizado, intangível e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento até o final da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de

ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

iii) Amortização de ativos tangíveis e intangíveis

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado (Nota 8 e 9).

iv) Energia a ser liquidada no âmbito da CCEE

A Companhia avalia ao final de cada período de reporte os montantes estimados pela sua área técnica das liquidações ativas e passivas baseadas nas informações disponíveis no mercado até o encerramento das suas Demonstrações financeiras. Os valores de liquidação dos ativos e passivos relacionados podem ou não diferir os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2018 sendo que já foram considerados pela CCEE e encaminhados para a Entidade.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, de depósitos bancários em contas-correntes e de aplicações financeiras resgatáveis sem custo no prazo máximo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais (Nota Explicativa 3).

2.6. Ativos financeiros

i) Classificação

Na adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que o novo normativo alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a

Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

ii) Ativos financeiros: classificação, reconhecimento e mensuração e baixas

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (d) deterioração de ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a CEB Participações se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de Concessionária e Permissionárias (Nota Explicativa 3).

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria. A Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo de caixa e bancos e equivalentes de caixa (Nota Explicativa 3). Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(d) Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

2.7. Concessionárias e Permissionários

O valor incluso nesta conta representa a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, além dos valores a serem liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota Explicativa 4).

2.8. Investimentos

i) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa na Administração, mas não controle sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% das ações ou quotas com poder de voto da outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia estão líquidos de quaisquer perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

ii) Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos sobre cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto.

iii) Consórcio – UHE Queimado

A Companhia registra a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio de acordo com a correspondente participação detida no consórcio, uma vez que estes investimentos são considerados “joint operations”, de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

2.9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar de forma adequada; e
- custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em Consórcios, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos bens do Ativo Imobilizado estão demonstradas na Nota explicativa 8.

2.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota 9).

2.11. Passivos financeiros

A nova norma (CPC 48/IFRS 9) não trouxe mudanças significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de mudanças no risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores (Nota 10) e demais obrigações (Nota 12).

2.12. Contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.13. Impostos e contribuições sociais

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são apurados de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia optou pelo regime de tributação do Lucro Presumido no exercício de 2018 e o imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações, as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

2.14. Demais ativos e passivos

Os outros ativos estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço, deduzidos por provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável. As outras obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

2.15. Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

2.16. Reserva legal

Constituída de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, até o limite de 20% do capital social realizado (Nota 13.2.a).

2.17. Reconhecimento da receita

i) Receita de comercialização de energia

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro. As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita pela venda da energia elétrica gerada pela Usina de Queimado, assim como os custos correspondentes decorrentes da geração da energia elétrica, é reconhecida pelo regime de competência, na proporção de sua participação como consorciada, sendo comercializada por meio de contratos bilaterais com comercializadores de energia elétrica.

ii) Receita em realização de prestação de serviços

A receita proveniente da prestação de serviços administrativos e financeiros para o Consórcio CEMIG-CEB é reconhecida de acordo com o período de realização dos serviços.

2.18. Adoção de pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC novas e revisadas

Não houve efeitos significativos na adoção do IFRS 9 – Instrumentos financeiros e do IFRS 15 – Receita de contratos com clientes pela Companhia aplicados a partir de 1º de janeiro de 2018. Para o 1º de janeiro de 2019, a Companhia analisou o impacto da adoção do IFRIC 23 - Incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda e do IFRS 16 Arrendamento mercantil e concluiu sobre a ausência de impactos quanto aos valores já reportados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	2	-
Aplicações Financeiras	12.471	6.976
	12.473	6.976

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com instituição financeira nacional de grande porte, com possibilidade de resgate a qualquer tempo, com remuneração entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

4. Concessionários e permissionários (Contas a receber)

	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia	2.186	2.105
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	933	2.355
	3.119	4.460

O prazo de recebimento do faturamento mensal ocorre em três parcelas que vencem no dia 15 e 25 do mesmo mês de comercialização da energia e no dia 5 do mês subsequente. O Contas a receber de Suprimento de energia é integralmente mantido com Distribuidoras de energia elétrica, com as quais a Companhia mantém contratos de venda de energia de longo período de duração. A Companhia entende ser desnecessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2019, uma vez que os créditos serão integralmente recebidos.

Os valores a receber junto à CCEE, refere-se aos resultados positivos apurados pela Companhia no âmbito do Mercado de Curto Prazo – MCP que não foram liquidados financeiramente devido à inadimplência dos agentes de mercados. Caso não seja integralmente liquidado financeiramente, este valor ficará como crédito da Companhia para compensação com futuros déficits de geração de energia. O saldo a receber de R\$933 é composto pela situação positiva acumulada da Companhia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

5. Repactuação do Risco Hidrológico

A partir de 2016 passou a vigorar a Repactuação do risco hidrológico, estabelecida através da Lei 13.203/2015, regulamentada pela Resolução Aneel nº 684/2015, para contratos no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, como é o caso da CEB Participações S.A. Assim, a Companhia transferiu parte deste risco para os consumidores, mediante o pagamento de um prêmio de risco. A Companhia aderiu o produto SP-91, em que a possui proteção para déficits de geração de energia do MCP superiores a 9%, sendo que para déficits até este nível a Companhia tem a responsabilidade de ressarcir aos agentes de mercados.

O valor de R\$ 1.001 em 31 de dezembro de 2019, sendo R\$ 76 no Ativo circulante e R\$ 925 no Ativo não circulante (R\$ 1.076 – 31/12/2018, R\$ 76 no Ativo circulante e R\$ 1.000 no Ativo não circulante), é decorrente do crédito instituído pela Resolução ANEEL nº 684/15 para fazer frente às perdas do Mercado de Curto Prazo do ano de 2015 e que está sendo utilizado para compensação do prêmio de seguro a pagar da Repactuação do

Risco Hidrológico até 17 de dezembro de 2032, data final da concessão. O saldo foi apurado de acordo com o Anexo II da Referida resolução da ANEEL e está sendo amortizado linearmente no resultado do exercício.

6. Empréstimos concedido a parte relacionada

Em 15 de agosto de 2016 a companhia realizou operação de mútuo com a Corumbá Concessões S.A., no valor de R\$ 192, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 2 de agosto de 2016, com prazo de 60 meses para recebimento, com carência de pagamento de 36 meses, correção monetária pelo IGP-M e juros de 1% ao mês.

Em 2017 Companhia realizou uma nova operação de mútuo com a Corumbá S.A, no valor de R\$ 385, aprovado pelo Conselho de Administração da Corumbá em reunião realizada em 9 de novembro de 2017, este com prazo de 42 meses e carência de 18 meses, correção monetária dada pela taxa de 128% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

Em função dos valores, o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 592, sendo R\$ 389 no Ativo circulante e R\$ 203 no Ativo não circulante (R\$ 706 – 31/12/2018, R\$ 170 no ativo circulante e R\$ 536 o ativo não circulante). Esses contratos atenderam a exigência do órgão regulador (ANEEL) de que se deve atender à comutatividade financeira do montante mutuado.

7. Investimentos

a) Avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial

A CEBPar possui participação de 1,5172% em 2019 (2,3461% em 2018) na empresa Corumbá Concessões, S. A. (“Corumbá”), que foi fundada em 06 de setembro de 2000 com o objetivo de constituir o Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, no Rio Corumbá, localizado no Município de Luziânia – GO, com prazo de duração de 35 anos, prorrogável de acordo com os termos do Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável.

Em 2019 ocorreu uma diluição da participação da Companhia na Corumbá como resultado de Sentença em Procedimento Arbitral, no qual eram partes a Serveng-Civilsan S/A (acionista controlador da Corumbá) e a Corumbá Concessões S/A, gerando reflexos para os demais acionistas da Corumbá Concessões S/A, especialmente às empresas do Grupo CEB.

A Serveng-Civilsan S/A notificou em 28/07/2017 para a instituição de arbitragem na CAM-CCB em face da Corumbá Concessões S./A, para cobrar os Aportes Financeiros para Aumento de Capital – AFACs realizados entres o período de dezembro de 2006 a abril de 2008, no valor histórico de R\$38.195, além de correção. Em 29/08/2019. O Tribunal Arbitral sentenciou parcialmente procedente o pedido formulado pela Serveng-Civilsan S/A, tendo condenado a Corumbá Concessões S/A ao pagamento dos AFACs realizados, corrigidos pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da data de instauração do processo arbitral (28/07/2017). O valor total dos AFACs feitos pela Serveng-Civilsan S/A reajustados até outubro de 2019 totalizou R\$99.594.

Esse processo arbitral gerou uma série negociações entre os acionistas, inclusive envolvendo o reconhecimento dos AFACs realizados pela Companhia Energética de Brasília – CEB, no valor histórico de R\$3.232, que atualizado até outubro de 2019 totalizou R\$8.903.

Tendo em vista o Acordo subsequente celebrado pelos acionistas em relação a este assunto, foi deliberada a integralização dos créditos dos acionistas CEB e SERVENG, com a emissão de novas ações da companhia

considerando o Valor Patrimonial da Ação calculado com base no Patrimônio Líquido reconhecido em outubro de 2019.

Como resultado, ainda dentro do acordo estabelecido pelos acionistas, foi determinado que o aumento de capital de 309.401.094 ações, seriam divididos em 48.000.000 de Ações Ordinárias e 261.401.094 Ações Preferenciais, com a distribuição conforme detalhado no quadro a seguir.

Para melhor entendimento da alteração do Quadro Societário da Corumbá Concessões é apresentado a seguir o quadro comparativo da distribuição acionária anterior e posterior ao aumento de capital ocorrido, em consequência do processo de arbitragem:

EMPRESA	DISTRIBUIÇÃO ANTERIOR				NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL				
	AÇÕES [ON]	AÇÕES [PN]	TOTAL	%	AÇÕES [ON]	AÇÕES PN [A]	AÇÕES PN [B]	TOTAL	%
SERVENG	129.849.830	-	129.849.830	22,93%	152.460.747	-	261.401.094	413.861.840	47,26%
CEB	52.809.968	203.199.943	256.009.911	45,21%	78.199.051	203.199.943	-	281.398.994	32,14%
C&M	17.103.426	-	17.103.426	3,02%	17.103.426	-	-	17.103.426	1,95%
CAESB	12.500.000	37.500.000	50.000.000	8,83%	12.500.000	37.500.000	-	50.000.000	5,71%
TERRACAP	25.000.000	74.999.999	99.999.999	17,66%	25.000.000	74.999.999	-	99.999.999	11,42%
CEBPAR	6.642.500	6.642.500	13.285.000	2,35%	6.642.500	6.642.500	-	13.285.000	1,52%
TOTAL	243.905.724	322.342.442	566.248.166	100%	291.905.724	322.342.442	261.401.094	875.649.259	100%

Assim com a integralizações das ações da CEB e SERVENG, o total de ações da companhia aumentaram de 566.248.166 ações para 875.649.259 ações. Consequentemente, a CEB Participações S/A teve reduzida a sua participação acionária na empresa de 2,3461% para 1,5172% mantendo o total de 13.285.000 ações sendo 6.642.500 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferencias Nominativas da Classe “A”.

Os principais números do Balanço Patrimonial e da Demonstração do resultado da investida são assim apresentados:

	<u>Balanço Patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
Circulante		48.005	22.837
Não Circulante		598.041	620.210
Realizável a Longo prazo		59.500	64.744
Imobilizado		532.412	548.941
Intangível		6.129	6.525
		646.046	643.047
Passivo			
Circulante		96.521	95.016
Não Circulante		228.721	353.740
Patrimônio Líquido		320.804	194.291
		646.046	643.047

<u>Demonstração do Resultado do Exercício</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita Líquida	186.122	165.750
(-) Custo com geração de energia e operação	(52.218)	(65.545)
Lucro Bruto	133.904	100.205
(-) Despesas Operacionais Líquidas	(71.261)	(7.161)
Resultado Operacional	62.643	93.044
Resultado financeiro líquido	(31.852)	(32.698)
Lucro antes de impostos	30.791	60.346
Tributos sobre o lucro	(10.515)	(20.346)
Lucro Líquido do exercício	20.276	40.000

O aumento nas despesas operacionais líquidas refere-se à atualização do AFAC da Serveng e da CEB mencionado anteriormente, que posteriormente foram integralizados em capital.

As demonstrações financeiras da Corumbá Concessões referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019 foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram uma Opinião sem ressalva, mas contendo parágrafos de Ênfases sobre o resultado do processo arbitral, ocasionando a atualização dos AFAC's e a posterior integralização destes valores em ações da própria Companhia, conforme mencionado anteriormente.

A movimentação deste investimento está demonstrada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.870
Equivalência Patrimonial	792
Ajuste de exercícios anteriores de equivalência Patrimonial	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.558
Equivalência Patrimonial	389
Dividendos a Receber	(30)
Outros resultados Abrangentes	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.867

b) Operação controlada em conjunto – Consórcio CEMIG - CEB

Conforme mencionado na Nota nº 1.3, a Companhia é parte do Consórcio CEMIG – CEB responsável pela exploração do potencial hidroelétrico UHE Queimado juntamente com a CEMIG GT S.A. Os principais grupos do Ativo e Passivo do Consórcio são como segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	487	861
Créditos com consorciadas	773	1.228
Outros	66	66
Imobilizado e Intangível	112.355	114.277
	<u>113.681</u>	<u>116.432</u>
Passivo + Patrimônio Líquido		
Fornecedores	1.125	1.902
Impostos e Contribuições sociais	91	87
Outras provisões	8	47
Concessão Onerosa	3.925	4.224
Provisão contingencial	12.904	8.780
Patrimônio líquido	95.628	101.392
	<u>113.681</u>	<u>116.432</u>

A parcela da CEBPar do Imobilizado e Intangível do Consórcio é alocada em seu Balanço patrimonial equivalente nestas mesmas rubricas. As principais despesas do Consórcio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são assim apresentadas:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Operação e Manutenção	4.022	3.986
Meio Ambiente	2.814	1.555
Seguro de Risco Operacional	267	242
Administrativo	1.625	1.519
Projetos	1.871	-
Outros	830	284
	<u>11.429</u>	<u>7.586</u>

Os aumentos de despesas relacionados ao Consórcio CEMIG – CEB são apresentados a seguir:

- Meio ambiente: o aumento foi motivado pela contratação de serviços com o objetivo de atender questões ambientais de reflorestamento onde está situada a usina de UHE-Queimado;
- Projetos: Gastos com projetos administrativos e manutenção de máquinas e equipamentos, realizados de forma sazonal afim de atender as legislações vigentes. Nesse cenário o aumento foi dado mediante proteção anticorrosiva da talha elétrica da Câmara de equilíbrio, equipamentos adjacentes e revisão periódica de segurança de barragens e diques; e
- Outros: Desembolsos de pequenos investimentos (regime de caixa) e pagamento de parcelas mensais com taxa de contribuição O.N.S. (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

8. Imobilizado

Em atendimento ao CPC 27 que trata do Ativo imobilizado, a Companhia reconhece no seu ativo não circulante os bens na proporção da sua participação no Consórcio CEMIG – CEB, assim como os bens da Administração em Serviço que trata do imobilizado da CEB Participações. As movimentações das contas do ativo imobilizado para o exercício de 2018 e exercício 2019, ocorreram como segue:

	Taxa anuais de depreciação em %	Movimentações 2018				Movimentações 2019			
		Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação
Geração em Serviço:									
Terrenos		2.908	179	-	-	-	3.087	346	-
Reservatório, Barragens e Adutoras	2% a 3,3%	11.413	51	-	7	-	11.471	33	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2% a 4%	4.952	-	-	-	-	4.952	-	-
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	8.836	27	-	-	-	8.863	50	-
Móveis e Utensílios	10%	32	-	-	-	-	32	-	-
		28.141	257	-	7	-	28.405	429	-
(-) Depreciação Acumulada:		(9.071)	-	-	-	(673)	(9.744)	-	(677)
		(9.071)	-	-	-	(673)	(9.744)	-	(677)
Geração em Curso:									
Reservatório, Barragens e Adutoras		7	-	-	(7)	-	-	-	-
		7	-	-	(7)	-	-	-	-
Transmissão em Serviço:									
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	942	-	-	-	-	942	-	-
		942	-	-	-	-	942	-	-
(-) Depreciação Acumulada:		(347)	-	-	-	(26)	(373)	-	(26)
		(347)	-	-	-	(26)	(373)	-	(26)
Administração em Serviço:									
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 10%	105	-	(3)	-	-	102	28	-
Móveis e Utensílios	10%	53	-	(6)	-	-	47	-	-
		158	-	(9)	-	-	149	28	-
(-) Depreciação Acumulada:		(99)	-	6	-	(9)	(102)	-	(9)
		(99)	-	6	-	(9)	(102)	-	(9)
		19.731	257	(3)	-	(708)	19.277	457	(712)
									19.022

A CEBPar faz anualmente uma avaliação do valor do Imobilizado com o objetivo de verificar a necessidade de eventual provisão para *impairment*, sendo que para 31 de dezembro de 2019 não houve qualquer indício de desvalorização do ativo imobilizado e intangível.

9. Intangível

Corresponde ao direito de uso da área onde se encontra a usina do UHE Queimado. A composição do intangível para o exercício de 2018 e para o exercício de 2019, é como segue:

	Taxa anuais de depreciação	Saldo em 31/12/2017	Movimentações 2018		Saldo em 31/12/2018	Movimentações 2019		Saldo em 31/12/2019
			Adições	Amortização		Adições	Amortização	
Geração em Serviço:								
Intangíveis e Consórcio	3,5%	1.560	-	-	1.560	1	-	1.561
(-) Amortização Acumulada:		(726)	-	(64)	(790)	-	(64)	(854)
		834	-	(64)	770	1	(64)	707

O valor de R\$1.561 refere-se à parcela proporcional do valor do direito relacionado ao Uso do Bem Público – UBP do empreendimento UHE Queimado, que é apresentado pelo custo histórico do encargo regulatório, referente ao direito do Consorcio na exploração do potencial hidroelétrico do Rio Preto.

10. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar está sendo apresentado pelos valores conhecidos ou estimados até a data do balanço, acrescido da variação monetária, quando aplicável. O saldo pode ser assim demonstrado:

	31/12/2019	31/12/2018
Encargos do uso do sistema de transmissão	97	103
Fornecedores de serviços	24	69
	121	172

Os Encargos de uso do sistema de transmissão, referem-se aos custos de transmissão de energia elétrica, cujo controle e coordenação são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

11. Impostos e contribuições sociais

Estão representadas pelas obrigações tributárias, conforme detalhado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL a pagar	226	213
PIS e COFINS	68	49
INSS	34	35
IRRF	24	25
Outros	11	22
	363	344

12. Outras Obrigações

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pesquisa e Desenvolvimento (a)	617	532
Coligadas e controladas (b)	183	312
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	46	89
Outras	27	51
	<u>873</u>	<u>984</u>

- a) Pesquisa e Desenvolvimento: O saldo em aberto de P&D decorre de provisão mensal para pagamentos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico – FNDCT e Ministério de Minas e Energia – MME, que representa R\$ 20 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$17 – 31/12/2018), e Projeto e desenvolvimento de R\$ 597 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 515 mil – 31/12/2018) que deverão ser aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento pela Companhia, sendo que este passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a aprovação por parte da ANEEL do projeto executado.

No dia 05 de julho de 2018 foi publicado no DODF um Termo de Cooperação Técnica de P&D que conta com a participação da CEB Distribuição S/A, CEB Participações S/A, Universidade de Brasília – FUB e interveniência administrativa da Fundação de Empreendimentos Científico e Tecnológicos – FINATEC. O termo tem vigência de 24 meses com valor Global de R\$ 2.523, sendo que a cota parte de CEB Participações será de R\$ 500 até o fim do projeto.

Mensalmente a CEB participações vem fazendo desembolsos referente a este projeto, o investimento fica em uma conta específica no Ativo com a rubrica (Serviços em cursos), após o término do projeto será remetido a avaliação da ANEEL onde após aprovação do projeto todo o saldo da conta (Serviços em curso) será confrontado com a conta do passivo na rubrica P&D. O valor do investimento até 31 de dezembro de 2019 é (R\$ 366 mil).

Coligadas e controladas: Decorre de valor a pagar pela Companhia ao Consórcio CEB-CEMIG referente à sua quota parte das despesas já provisionadas pelo consórcio em cada data-base.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$ 21.270, que está dividido em 21.270.414 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as ações são de propriedade da Companhia Energética de Brasília – CEB.

13.2. Reserva de lucros

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reserva Legal	4.157	3.377
Dividendos adicionais propostos	7.409	6.945
	<u>11.566</u>	<u>10.322</u>

- a) Reserva legal: é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.
- b) Dividendos adicionais propostos: Os dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras somente ao final do exercício e qualquer valor acima do mínimo obrigatório será mantido no patrimônio líquido, em conta específica, até a deliberação da assembleia geral dos acionistas, conforme determina a Lei 6.404/76, e de acordo com as normas descritas no ICPC 08. A Diretoria da companhia deliberou em 2019 a distribuição integral dos dividendos adicionais propostos de 2018. O saldo dos dividendos adicionais de 2019 estarão disponíveis à Administração para a distribuição durante o ano de 2020.
- c) Dividendo mínimo obrigatório (Passivo Circulante): A Companhia distribui anualmente o lucro líquido deduzido da importância destinada à constituição da reserva legal. Em 2019 a Companhia apurou R\$15.598 de lucro líquido, dos quais R\$780 foram destinados à constituição da Reserva legal, restando R\$14.818. Deste saldo, a Companhia possui como obrigação a distribuição de 50% como dividendos mínimos obrigatórios, que totalizam R\$7.409, sendo que durante o ano de 2019 a Companhia já realizou a distribuição de R\$1.000 em dividendos intercalares, restando, por fim, R\$6.409 provisionados no Passivo como Dividendos mínimos obrigatórios. Os 50% restantes do lucro líquido, no montante de R\$7.409 foram destinado à conta de dividendos adicionais que permanecem no patrimônio líquido a disposição da Administração para distribuição futura.

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Venda de Energia Elétrica	18.442	17.731
Comercialização Energia ACL (a)	4.930	-
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE (b)	3.753	2.655
Prestação de Serviços	884	812
Receita Operacional Bruta	<u>28.009</u>	<u>21.198</u>
PIS	(182)	(138)
COFINS	(840)	(636)
ISS	(44)	(41)
P&D	(256)	(190)
Taxa de Fiscalização ANEEL + UBP	(183)	(162)
Compensação financeiras pelo uso de recursos hídricos	(361)	(288)
Dedução da Receita Operacional	<u>(1.866)</u>	<u>(1.455)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>26.143</u>	<u>19.743</u>

- a) Comercialização ACL: Em função do excesso de energia no MRE, a Companhia realizou a venda direta no ACL de 3.365 MWh em março/19 e 14.880 MWh em agosto/19, com ligeiro deságio em comparação ao PLD, todavia com realização financeira imediata.

Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE: O aumento da receita perante a CCEE no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ocorreu por uma melhoria na geração de energia no âmbito do MRE. Os saldos foram contabilizados de acordo com as informações disponibilizadas pela CCEE.

15. Custo com energia elétrica e operações

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas Relacionada com UHE Queimado (a)	(2.299)	(1.547)
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	(3.774)	(105)
Custo pelo Uso do Sistema de Transmissão	(1.187)	(1.056)
Depreciação	(712)	(708)
Amortização	(64)	(64)
Prêmio de Seguro - Repactuação Risco Hidrológico	(76)	(76)
Contribuição Compulsória CCEE	(10)	(12)
	<u>(8.122)</u>	<u>(3.568)</u>

- a) Despesas relacionadas com UHE Queimado: O valor de R\$ 2.299 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.547 – 31 de dezembro de 2018) são referentes às despesas proporcionais do Consórcio CEMIG – CEB, de responsabilidade da CEBPar. Esta variação de um exercício para o outro se deve pelos Gastos com projetos administrativos e manutenção de máquinas e equipamentos, realizados de forma sazonal afim de atender as legislações vigentes e também contratação de serviços com o objetivo de atender questões ambientais de reflorestamento onde está situada a usina de UHE-Queimado.
- b) Energia Elétrica Comprada para Revenda: A expressiva variação que ocorreu entre os exercícios de 2018 e 2019 se deve por uma estratégia da companhia em reduzir os valores do contas a receber referente a inadimplência do mercado do curto prazo. Em contrapartida à essa compra de energia, a empresa realizou uma venda no ACL nos meses março e agosto de 2019, conforme mencionado na Nota 14 a).

16. Gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal e Encargos	(1.496)	(1.757)
Serviços de Terceiros	(557)	(512)
Outras despesas	(416)	(35)
	<u>(2.469)</u>	<u>(2.304)</u>

Os desmembramentos com Pessoal e Encargos estão descritos nas notas a seguir:

Despesa com administradores

	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração de Diretores	(379)	(684)
Encargos Sociais - Diretores	(111)	(194)
Benefício Sociais Diretores	(17)	(67)
Remuneração de Conselheiros	(136)	(120)
Encargos Sociais - Conselheiros	(27)	(24)
	(670)	(1.089)

Despesa com pessoal cedido e emprego em comissão

Pessoal cedido	(274)	(287)
Empregados em Comissão	(552)	(381)
	(826)	(668)
	(1.496)	(1.757)

17. Receitas Financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Rendimento de Aplicações Financeiras (a)	474	216
Receitas Financeiras pelo Contrato de Mútuo	67	86
Reconhecimento de Receita Financeira - FIP (b)	114	152
Atualizações Monetárias sobre Crédito Tributário	36	30
Outras Receitas Financeiras	218	181
	909	665

- a) Rendimento de Aplicações Financeiras: O aumento da receita de aplicações financeiras foi consequência de maior manutenção de numerários disponíveis para aplicação financeira pela Companhia.
- b) Receita Financeira – FIP: O saldo da rubrica Reconhecimento de Receitas Financeiras são atualizações de um Certificado de Depósito Bancário (CDB – Panamericano) descrito na Nota 22.

18. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

A Companhia é tributada com base no Lucro Presumido em cada período trimestral de apuração, sendo 8% da receita para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social. Sobre as bases são aplicadas as alíquotas vigentes, sendo de 15% para imposto de renda mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$60.000 por trimestre e 9% para a Contribuição social, calculada sobre a mesma base. No período findo em 31 de dezembro de 2019, o valor total do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social foi de R\$ 1.216 e (R\$ 918 em 31/12/2018).

19. Partes relacionadas

Ativo				
Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Serviços Prestados (a)	Consortio CEMIG/CEB	Serviços Administrativos	69	69
Investimentos (b)	Corumbá Concessões S.A.	Investimento Permanente	4.867	4.558
Empréstimo (c)	Corumbá Concessões S.A.	Mútuo	592	706
Usina (d)	Consortio CEMIG/CEB	Imobilizado e Intangível	19.663	19.998
Total			25.191	25.331

Passivo				
Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Outros (e)	CEB Distribuição S.A	Pessoal à Disposição	14	24
Outros (f)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas a reembolsar	183	312
Total			197	336

Demonstração do Resultado				
Balanco Patrimonial	Parte Relacionada	Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Receita (g)	Consórcio CEMIG CEB	Serviços Prestados	884	812
Receita (h)	Corumbá Concessões S.A.	Encargos de Mútuo	67	86
Despesa (i)	Consórcio CEMIG CEB	Despesas – cota parte	(2.299)	(1.547)
Total			(1.348)	(649)

- a) Serviços prestados: A CEB Participações S.A. tem um contrato de prestação de serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, conforme processo de nº 14/2016, assinado em 1º de dezembro de 2016, que tem por objeto a gestão administrativa, financeira, contábil e jurídica do Consórcio. O preço global dos serviços prestados é de R\$4.910 para o período de 5 (cinco) anos, sendo que deste total, 82,5% (R\$4.051) serão pagos pela CEMIG GT à CEB Par, em 60 parcelas mensais, sendo reajustado anualmente pelo índice do IGP-M/IBGE.
- b) Investimentos: Representa a participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A., conforme demonstrado na (Nota 7.a).
- c) Empréstimos: Mútuo com a Corumbá Concessões S.A. no valor de R\$ 677, conforme mencionado na (Nota 6);
- d) Usina: Refere-se à participação da CEBPar no imobilizado e intangível do Consórcio CEMIG-CEB;
- e) Outros – CEB Distribuição: Refere-se à cessão de funcionário da CEB Distribuição S.A. à CEB Participações S.A.;
- f) Outros – Consórcio CEMIG CEB: Representam os valores a pagar das obrigações assumidas pelo Consórcio CEMIG-CEB, conforme sua cota parte no empreendimento, que é de 17,5%;
- g) Receita – Consórcio CEMIG CEB: Trata-se da receita auferida pela CEB Participações S.A., relativa à prestação dos serviços de administração do Consórcio CEMIG-CEB, cujo aporte financeiro é realizado pela CEMIG GT.

- h) Receita – Corumbá Concessões S.A.: Refere-se à receita financeira auferida dos rendimentos dos empréstimos de mútuo com a Corumbá Concessões S.A.;
- i) Despesas – Consórcio CEMIG CEB: Trata-se da cota parte da CEB Participações S.A. (17,5%), nos aportes financeiros para cobrir as despesas referentes às atividades do Consórcio CEMIG-CEB.

20. Gestão de riscos

20.1. Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

20.2. Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto praticamente a todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. O mercado de produção de energia por meio do Consórcio e da venda pela CEBPar apresenta oscilações de preços de energia em função, principalmente, de anormalidade hídrica ocorrida nos dois últimos anos e dos preços de mercado. Em 30 de setembro de 2019 a Companhia não possuía riscos de mercado associados à dívida.

20.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais relevantes da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionários e Permissionários – Contas a receber (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2019, tem Equivalentes de Caixa que corresponde a uma aplicação financeira que é prontamente conversível em um montante conhecido de caixa. Para as Contas a Receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A energia produzida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) aplicado a todas as usinas que são parte do sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação dos reservatórios.

20.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto às Concessionárias e Permissionárias e de Equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Adicionalmente, o único cliente é também sócio controlador.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia apresentar perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A Administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Todavia, o risco não é relevante em função da Administração localizar os seus recursos financeiros basicamente em Instituições financeiras de grande porte, com baixo risco, baseadas nas agências avaliadoras de risco.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.5. Risco de normatização via legislação e via regulamentação ANEEL

A CEBPar é uma empresa de geração e comercialização de energia, que está sujeita à uma legislação específica sobre o sistema energético e à regulamentação específica da ANEEL, na qualidade de agência regulatória do sistema de energia elétrica no Brasil. Considerando que o sistema de produção e comercialização de energia leva em consideração políticas definidas pelo Governo Federal, o custo de energia e o seu preço de venda ao mercado podem sofrer impactos decorrentes dessa política. Por outro lado, o mercado de produção e venda de energia regulamentado pela ANEEL está sujeito aos efeitos de reflexos de posições tomadas por empresas pertencentes ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE no sistema de geração de energia, e de outros aspectos, em especial o preço da energia no Mercado de Curto Prazo.

20.6. Risco em Participações acionárias

Conforme mencionado na Nota nº 7.a, a CEBPar possui participação de 1,5172% na Corumbá Concessões S.A., empresa coligada através de controle comum de outra empresa do mesmo grupo econômico. Este ativo será recuperado somente se a empresa investida gerar lucros em montantes suficientes para compensar o capital investido. A CEBPar avalia anualmente se há indício de irrecuperabilidade deste ativo a fim de constituir possível provisão para *impairment*. Até o momento, baseados nas projeções elaboradas pela Administração da Corumbá Concessões, a CEBPar não verificou necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

21. Provisões contingenciais e Passivos contingentes

a) Provisões contingenciais

O saldo de Provisões contingenciais pode ser assim demonstrado:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão de indenização - Consórcio CEMIG - CEB	1.860	1.528
Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E	12	-
Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E	386	9
	<u>2.258</u>	<u>1.537</u>

I – Provisão de indenização – Consórcio CEMIG - CEB

O saldo da provisão contingencial de R\$1.860 mil em 31 de dezembro de 2019 e R\$1.528 mil em 31 de dezembro de 2018 refere-se exclusivamente ao reconhecimento de uma obrigação decorrente de uma ação judicial de desapropriação em que a CEBPar é ré onde se discute o valor da indenização de um terreno que já é parte do empreendimento UHE Queimado (Consórcio CEMIG – CEB). Os assessores jurídicos da CEBPar entendem que a possibilidade de perda é provável para condenar as consorciadas ao pagamento de valor superior ao depositado anteriormente pelas consorciadas no curso normal da ação. O valor do terreno já foi reconhecido no ativo da Companhia em 2017, na parcela que a CEBPar faz jus no Consórcio CEMIG – CEB, considerando que tal terreno já está em uso e gerando benefício econômico futuro à Companhia e, como contrapartida, foi reconhecido um passivo de igual valor para fazer frente à obrigação da CEBPar. Considerando que este processo judicial foi iniciado em 2005, o valor da possível condenação englobou os juros e correção de todo período, o que, de certa forma, impactou na relevância das cifras apresentadas a valores atuais.

II - Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E:

O Auto de Infração (AI) nº 9118042 série E, de 09/05/2018, lavrado em desfavor da Consórcio CEMIG-CEB, onde a autuada deixou de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 2ª Renovação por não encaminhar em tempo hábil ao IBAMA a solicitação de quebra de vazão no trecho de vazão reduzida da UHE Queimado. Em 05/06/2018 foi interposta defesa administrativa requerendo a nulidade do Auto de Infração e subsidiariamente a conversão da pena em compromisso, com desconto de 40% sob o valor da multa que atualmente encontra-se em análise pelo IBAMA. O valor total originário da penalidade era R\$50 mil, (atualizado R\$ 67 mil). Dado o entendimento como “Perda Provável”, junto aos assessores jurídicos da Companhia, foi constituído a provisão para litígios na CEB Participações referente a sua cota parte no Consórcio no valor de R\$12 mil.

III - Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E:

O Auto de Infração (AI) nº 9095894 série E, de 06/03/2015, lavrado em desfavor da Consórcio CEMIG-CEB, que a autuada deixou de atender condicionantes estabelecidas na Licença de Operação 302/2003 – 1ª Renovação (condicionantes específicas 2.1, 2.2, 2.3, 2.5, 2.6 e 2.13). Nos termos do aludido documento, a penalidade imposta ao Consórcio CEMIG-CEB é o pagamento de multa, foi interposto o recurso administrativo com pedidos subsidiários de conversão em advertência, com diminuição do valor da multa e conversão em Termo de Ajuste de Conduta - TAC. Atualmente se encontra em análise pelo IBAMA. O valor originário da referida era de R\$1.167 mil, (atualizado 2.206 mil). Dado o entendimento como “Perda Provável”, junto aos assessores jurídicos da Companhia, foi constituído a provisão para litígios na CEB Participações referente a sua cota parte no Consórcio no valor de R\$ 386 mil.

b) Passivos contingentes**I) Resolução CNPE 03/2013**

O Conselho Nacional de Política Energética emitiu a Resolução CNPE nº 03/2013, que em seus artigos 2º, parágrafo 5º e artigo 3º, estende às empresas geradoras a responsabilidade pelo custeio do acionamento extraordinário - fora da ordem de mérito de custo - da geração de energia elétrica para garantir a confiabilidade do sistema, em razão da revogação da Resolução CNPE nº 08/2007.

A Companhia interpôs, conjuntamente com outras empresas do grupo, ação ordinária contra a União, questionando a criação deste novo encargo e obteve antecipação de tutela em 2 de agosto de 2013, excluindo a Companhia do rateio do custo do despacho adicional de recursos energéticos de usina termoeletrica. A Ação judicial defende que a Resolução nº 03/2013, do CNPE, extrapolou os limites do poder regulamentar, violando o princípio da legalidade, pois o CNPE não tem poder de legislar sobre a matéria.

A Justiça Federal de 1ª instância, na 17ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em Decisão publicada em 12 de maio de 2017, confirmou a antecipação dos efeitos da tutela, deferida em 2013.

Posteriormente, com a publicação da Lei 13.360/2016, artº. 10, ficou estabelecido que a partir de 2017, a cobertura de custos resultantes da substituição de energia hidráulica por geração térmica fora da ordem de mérito será feita por meio de encargo específico a ser pago pelo consumidor.

Além disso, a ANEEL por meio do Despacho 1.146/2017 determinou à CCEE que, a partir da contabilização de abril/2017, realiza-se o rateio do ESS, alocando ao consumidor o total desse custo.

II) Repactuação do risco hidrológico

A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, estabeleceu que o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, regulamenta os critérios de anuência e as condições para a Repactuação do risco hidrológico, tanto para o Ambiente de Contratação Regulada – ACR, quanto para o Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Aprovados os dispositivos legais, a CEBPar e as demais empresas geradoras do mesmo grupo empresarial decidiram aderir à Repactuação do Risco Hidrológico. Uma das condições para adesão ao programa foi a desistências das ações judiciais que questionavam os efeitos financeiros do déficit de geração.

Entretanto, somente os agentes que operam no ambiente regulado aderiram à referida Repactuação. Os agentes atuantes no mercado livre avaliaram como inoportuna a repactuação nos termos propostos pela ANEEL, mantendo-se judicializados. Essa situação provocou nova exposição àqueles agentes, atuantes no mercado regulado, que tinham optado pela mencionada repactuação, como a CEBPar.

Em decorrência dessa nova exposição e com o objetivo de proteger as empresas geradoras controladas pela CEB contra os efeitos das decisões judiciais mantidas por aqueles que não aderiram à repactuação, foi ajuizada uma ação que resultou no deferimento “Do Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela”, em 31 de março de 2016. Tal ação determinou que não fosse transferido para as autoras o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais de que não fizessem parte, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos valores oriundos do déficit hídrico (Fator GSF) sobre geradores hidrelétricos. Os assessores jurídicos da Companhia classificam como “Possível” a perda dessa ação não requerendo, inclusive, a constituição de provisão em seu balanço patrimonial.

Considerando a relevância do tema, esse assunto é acompanhado pela administração da Companhia de forma sistemática.

III - Processo Administrativo nº 48500004562/2009-64 – ANEEL

A Usina Hidrelétrica de Queimado – UHE-Queimado, que é o negócio do Consórcio CEMIG-CEB, foi autuada em razão de uma “não-conformidade (N.9)” referente a uma disponibilidade de energia declarada incorretamente nos sistemas do ONS, visto que existem valores de indisponibilidade forçada indicados como indisponibilidade programada no Relatório de Avaliação do Desempenho de Manutenção – RAD.

O Consórcio CEMIG-CEB, ajuizou ação em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no processo de nº 0015174-71.2016.4.01.3800 - 19ª VARA FEDERAL, pretendendo a nulidade do despacho sancionador 569/2016, que aplicou sanção de multa no valor de R\$503 mil, (atualizado R\$818 mil). O valor referente a penalidade encontra-se depositado judicialmente proporcionalmente as cotas partes de suas consorciadas, na CEB Participações o valor do depósito judicial foi de R\$103 mil.

Em 24 de janeiro de 2017 a justiça sentenciou que a penalidade aplicada à autora não deve prevalecer, julgando procedente o pedido para declarar a insubsistência da penalidade de multa aplicada ao Consórcio CEMIG-CEB, condenando a demandada ao ressarcimento das custas processuais antecipadas pela autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios ao patrono da demandante, em valor equivalente a 10% do valor equivalente à multa, já depositado nos autos, a ser atualizado em conformidade com o Manual de Cálculos da Justiça Federal (artigo 85, parágrafos 2º, 3º e 6º, do CPC/2015). Em 13 de julho de 2017, foi protocolada pela CEMIG as contrarrazões à apelação da ANEEL, aguardamos a remessa dos autos ao TRF1.

22. Certificado de Depósito Bancário (CDB – Panamericano)

A Empresa possui Certificado de Depósito Bancário (CDB - Panamericano) registrado na CETIP, com o código de Instrumento Financeiro número CDB006026GS com data de emissão 16/01/2006 e com vencimento para o dia 18/12/2020, contemplam em sua totalidade 1.252.500.529 cotas, a CEB participações possui 62.625.026 cotas, correspondente ao percentual de 5% do total. O CDB – Panamericano está custodiado no Banco BRB, que possui remuneração de IGP-M + 1% a.a. tem o valor de face de R\$ 484 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 371 em 31 de dezembro 2018).

Existe ação judicial em curso, interposta pelos novos controladores do Banco Panamericano (BTG Pactual e Caixa Econômica) questionando a validade do título CDB e o valor pactuado, alegando conluio entre os antigos administradores do Banco Panamericano. Em decisão liminar o juiz reconheceu o ativo como válido.

23. Plano de benefícios a empregados

A CEBPar e demais empresas controladas pela Companhia Energética de Brasília são patrocinadoras da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, entidade fechada, que é um plano destinado a complementar os benefícios concedidos pela Previdência Social aos seus empregados e administradores.

O plano adotado é submetido à avaliação anual de Atuário Independente e é denominado “Plano de Contribuição Definida”. O custeio é feito através de contribuições mensais, sendo 50% da patrocinadora e 50% do participante, por taxas incidentes sobre a folha de salários da empresa.

As despesas totais com o plano para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 17 mil (R\$ 67 mil em 31/12/2018).

24. Seguros (Não auditada)

A Companhia tem apólice de seguros contratados pela Administração do Consórcio CEMIG-CEB, para cobrir riscos sobre seus ativos, cuja cota parte da CEBPar é de 17,5%.

25. Reconciliação do lucro do período com a geração de caixa operacional

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro Líquido do período	15.598	14.621
Ajuste ao resultado do exercício		
Depreciação/Amortização	776	773
Equivalência patrimonial	(389)	(792)
Repactuação do risco hidrológico	76	76
CDB Banco Panamericano	(113)	(152)
Outros	114	97
Lucro do Exercício Ajustado	<u>16.062</u>	<u>14.623</u>
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução do contas a receber	1.341	(2.518)
(Aumento) Redução outros ativos circulantes	(101)	(248)
Aumento (Redução) de fornecedores e outras contas	(51)	(599)
Aumento (Redução) salários e encargos sociais	17	19
Aumento (Redução) de impostos e contribuições sociais	19	120
Aumento (Redução) outros passivos	25	210
	<u>1.250</u>	<u>(3.016)</u>
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	<u><u>17.312</u></u>	<u><u>11.607</u></u>

26. Outro assunto relevante

Alienação acionária da CEB Participações

O Governo do Distrito Federal publicou em 21 de dezembro de 2015 a Lei nº 5.577 que autoriza a CEB Participações S.A. alienar a sua participação acionária na empresa Corumbá Concessões S.A. e no Consórcio CEB-CEMIG. Esta alienação é parte do Plano de desinvestimentos da CEB em empresas de geração de energia elétrica.

Entretanto, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB realizada em 19 de junho de 2019, foi deliberado, por maioria de votos, alterar o Plano de Negócios para o período de 2019 e 2023 para sobrestar a alienação das participações em sociedades geradoras de energia, o que inclui a CEBPar, considerando que a Lei supramencionada é autorizativa.

Edison Antônio Costa B. Garcia
Diretor-Geral

João Wellisch
Diretor Administrativo-Financeiro

Saulo Nazareno de Mesquita Carvalho
Diretor Técnico

Rodrigo de Carvalho Reis
Contador CRC- 017498



CEB PARTICIPAÇÕES S.A.
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista,

A CEB Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com suas Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Neste ano a Empresa balizou suas atividades no Plano de Negócios aprovado pela Administração, alinhado com o planejamento estratégico de sua controladora integral Companhia Energética de Brasília – CEB, que reafirmou o foco na gestão parcimoniosa das despesas e custos operacionais, priorizando o cumprimento dos compromissos assumidos junto aos clientes e fornecedores.



2. PERFIL DA CEB PARTICIPAÇÕES S.A.

A CEB Participações S.A. foi criada pela Lei Distrital nº 1.788, de 27/11/1997, constituída como sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Energética de Brasília – CEB. A Empresa possui patrimônio próprio e autonomia administrativo-financeira com sede e foro na cidade de Brasília-DF nos termos da legislação em vigor.

O seu objeto social é comprar e vender participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, mediante comprovação de viabilidade técnica, econômica e financeira dos negócios, sendo vedada a participação em entidades sem fins lucrativos.

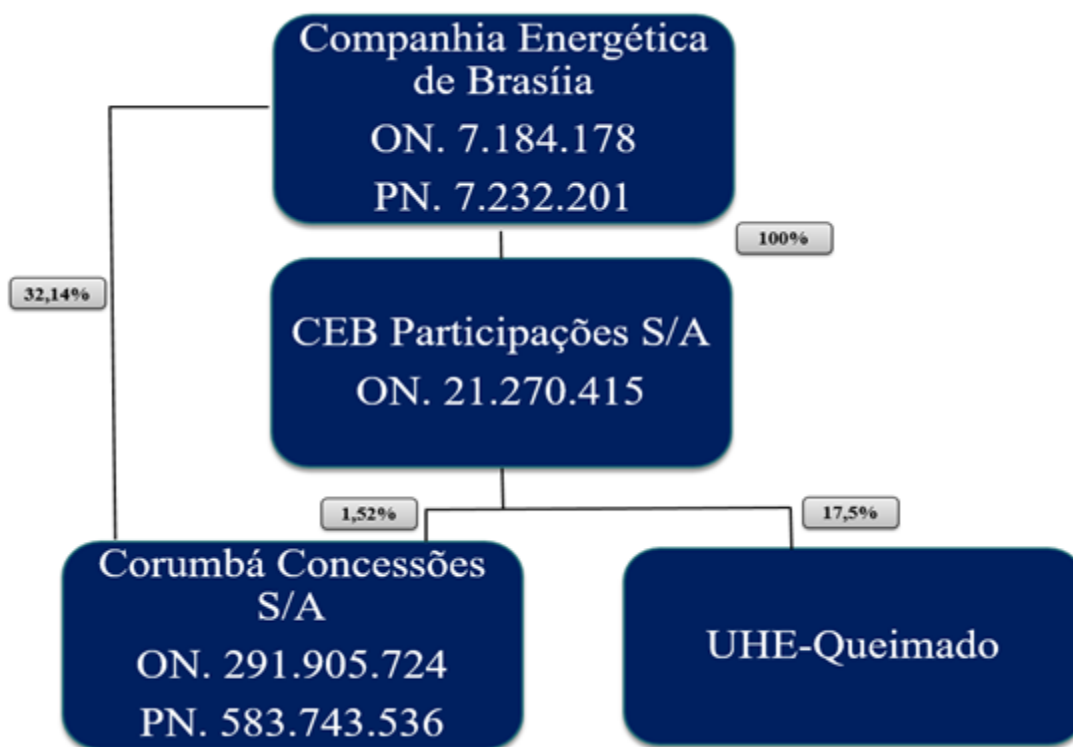
Pode ainda, participar diretamente ou por meio de consórcio, da exploração de empreendimentos de geração, como é o caso da Usina Hidrelétrica Queimado, bem como comercializar a sua cota-parte da energia elétrica produzida, nos limites constantes dos respectivos contratos de concessão.

Iniciou sua atividade operacional em 13 de janeiro de 2006 por meio do processo de segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica na Companhia Energética de Brasília – CEB, aprovada pela Resolução Autorizativa nº 318, de 14 de setembro de 2005, da ANEEL.

Atualmente, detém 17,5% do Consórcio Cemig-CEB, responsável pela administração e operação da UHE Queimado, com potência instalada de 105 MW, e comercializa a sua cota-parte de energia elétrica produzida na usina localizada no Rio Preto, entre os municípios de Unaí/MG e Cristalina/GO. A energia gerada nesta unidade é comercializada para várias regiões do território nacional.

Possui, ainda, participação acionária de 1,5172% na Companhia Corumbá Concessões S.A., cujo empreendimento denomina-se UHE Corumbá IV. A usina foi inaugurada em 4 de abril de 2006 e possui capacidade instalada de 129,6 Megawatts (MW) médios, e fornece energia para cerca de 250 mil habitantes do Distrito Federal (DF). O empreendimento está localizado no rio Corumbá, próximo ao município de Luziânia (GO).

A figura a seguir mostra a posição da Empresa no contexto de sua controladora Companhia Energética de Brasília – CEB:



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CEB Participações S.A. é administrada por um Diretor-Geral, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico, nomeados pelo acionista controlador, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos no máximo por 3 (três) reconduções consecutivas. A Diretoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Geral, deliberando com a presença de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, sendo 1 (um), necessariamente, o Diretor-Geral ou seu substituto. As deliberações da Diretoria são adotadas por maioria de votos e registradas em ata.

O Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, é composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, observadas as condições de elegibilidade e vedações impostas na legislação e na regulação aplicável, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos no máximo por 2 (duas) reconduções consecutivas.

Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral da CEB Participações S.A., que fixa a respectiva remuneração, observado os limites legais. As atribuições do Conselho Fiscal encontram-se fixadas na Lei das Sociedades Anônimas e na legislação aplicável.

No ano de 2019, foram realizadas 12 (doze) reuniões do Conselho Fiscal na sede da Empresa, tendo como principal agenda, as aprovações dos balancetes trimestrais e do balanço do final do exercício.

Além disso, a CEB Participações S.A. tem assento na Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio Cemig-CEB, função atualmente desempenhada por um de seus Diretores.

Para compor o Conselho Deliberativo do Consórcio Cemig-CEB, que possui dois conselheiros titulares e dois conselheiros suplentes, a CEB Participações S.A. indica dois membros, sendo um titular e outro suplente. Os demais membros são indicados pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

O Conselho delibera sobre demandas de interesse do Consórcio, conforme previsto no seu Contrato de Constituição.

4. NOSSOS NEGÓCIOS

Consórcio Cemig-CEB

A Companhia Energética de Brasília – CEB celebrou Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de Aproveitamento Hidrelétrico e Sistema de Transmissão Associado, CC nº 006/97, na condição de Produtor Independente, no âmbito do Consórcio Cemig-CEB, em 18 de dezembro de 1997, cabendo à CEB 17,5% dos ativos da UHE Queimado.

O empreendimento está localizado na confluência do córrego Arrependido com o rio Preto, na divisa dos estados de Goiás e Minas Gerais, nos municípios de Cabeceira Grande, onde está localizada a casa de força, e de Unaí em Minas Gerais, Cristalina e Formosa, em Goiás, além do Distrito Federal, possui potência instalada de 105 megawatts de energia não poluente e renovável.

A CEB Participações S.A. compartilha a gestão do empreendimento, sendo responsável pela Diretoria Administrativo-Financeira do Consórcio, enquanto que a Cemig Geração e Transmissão S.A. responde pela Diretoria de Operação e Manutenção da Usina, que também inclui a supervisão das atividades de meio ambiente.

Sobre este último aspecto, em 29 de agosto de 2014, ocorreu a 2ª Renovação da Licença Ambiental de Operação, concedida pelo IBAMA, para o período de 10 (dez) anos.

Destacamos as principais ações gerenciais na UHE Queimado que influenciaram positivamente o resultado alcançado:

- Priorização de investimentos, eliminando desperdícios e melhorando a eficiência operacional;
- Atendimento das demandas regulatórias relacionadas à segurança de barragens, constantes da fiscalização realizada em exercícios anteriores:
 - ✓ Concreto projetado no talude do vertedouro;
 - ✓ Iluminação refletiva na crista da barragem;

- ✓ Limpeza da faixa de acesso à cachoeira dos andorinhões;
- ✓ Realocação das pedras no promontório;
- ✓ Correção do estaqueamento na barragem, e;
- ✓ Coleta de dados brutos de PH na água;
- Instalação da válvula no vertedouro para garantir a vazão residual em caso de indisponibilidade das máquinas;
- Serviços de medições de vazões líquidas na saída da válvula do túnel de desvio;
- Início da obra de drenagem da barragem e melhorias na estrada de acesso;

Corumbá Concessões S.A.

A Companhia Corumbá Concessões S.A. foi fundada em 6 de setembro de 2000 com o objetivo de construir o empreendimento hidrelétrico de Corumbá IV, localizado em Luziânia (GO), e atua na geração de energia elétrica como produtora independente, com potência instalada de 129,6 megawatts de energia não poluente e renovável. O empreendimento possui características de uso múltiplo e destina sua produção ao Distrito Federal.

Em 2019 foi verificado o resultado da Sentença do Procedimento Arbitral nº 74/2017/SEC2, tramitada no Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá CAM-CCB, no qual eram partes a Serveng-Civilsan S/A e a Corumbá Concessões S/A gerando reflexos para os demais acionistas da Corumbá Concessões S/A, especialmente às empresas do Grupo CEB.

A Empresa Serveng-Civilsan S/A entrou em 28/07/2017 com pedido de arbitragem no CAM-CCB cobrando de Corumbá Concessões os Aportes Financeiros para Aumento de Capital – AFACs realizados entres os períodos de dezembro de 2006 a abril de 2008, no valor total de R\$38.195.000,00. Em 29/08/2019 a CAM-CCB considerou parcialmente procedente o pedido formulado pela Serveng-Civilsan S/A, tendo condenado a Corumbá Concessões S/A ao pagamento dos AFACs realizados pela Serveng-Civilsan S/A nos períodos supracitados, corrigido pelo IGPM e acrescido de juros de 1% ao mês a partir da data de instauração do processo arbitral (28/07/2017). O valor total dos AFACs realizados pela Serveng-Civilsan S/A reajustados até outubro de 2019 totalizou R\$99.594.369,11

Esse processo gerou uma série negociações entre os acionistas, inclusive envolvendo o reconhecimento dos AFACs realizados pela Companhia Energética de Brasília – CEB, no valor histórico de R\$3.232.194,61, que atualizado até outubro de 2019 totalizou R\$8.903.178,84.

Em um acordo de acionistas foi deliberada a integralização dos créditos dos acionistas CEB e SERVENG, com a emissão de novas ações da companhia considerando o Valor Patrimonial da Ação calculado com base no Patrimônio Líquido reconhecido em outubro de 2019. O detalhamento dessa integralização é mostrado quadro abaixo:

Aporte de Capital realizado	Valor Histórico	Valor Arbitragem	Quantidade de ações ONs e PNs
CEB	R\$ 3.232.194,61	R\$ 8.903.178,84	R\$ 25.389.083
SERVENG	R\$ 38.195.000,00	R\$ 99.594.369,11	R\$ 284.012.010
TOTAL	R\$ 41.427.194,61	R\$ 108.497.547,95	R\$ 309.401.093

Como resultado, ainda dentro do acordo estabelecido pelos acionistas, foi determinado que o aumento de capital de 309.401.094 ações, seriam divididos em 48.000.000 de Ações Ordinárias e 261.401.094 Ações Preferenciais, com a distribuição conforme detalhado no quadro a seguir.

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL ATUAL		AUMENTO DE CAPITAL	
	ON	PN	ON	PN
SERVENG	129.849.830	-	22.610.917	261.401.094
CEB	52.809.968	203.199.943	25.389.083	-
C&M	17.103.426	-	-	-
CAESB	12.500.000	37.500.000	-	-
TERRACAP	25.000.000	74.999.999	-	-
CEBPAR	6.642.500	6.642.500	-	-
TOTAL	243.905.724	322.342.442	48.000.000	261.401.094

A emissão de 261.401.093 Ações Preferenciais em favor da SERVENG foi consolidada em nova classe de ações preferencias, denominadas Ações Preferencias Nominativas da Classe “B”, com prioridade no reembolso do capital, porém, sem direito a prêmio.

Para melhor entendimento da alteração do Quadro Societário da Corumbá Concessões é apresentado a seguir o quadro comparativo da distribuição acionária anterior e posterior ao aumento de capital ocorrido, em consequência do processo de arbitragem:

EMPRESA	DISTRIBUIÇÃO ANTERIOR				NOVA DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL				
	AÇÕES [ON]	AÇÕES [PN]	TOTAL	%	AÇÕES [ON]	AÇÕES PN [A]	AÇÕES PN [B]	TOTAL	%
SERVENG	129.849.830	-	129.849.830	22,93%	152.460.747	-	261.401.094	413.861.840	47,26%
CEB	52.809.968	203.199.943	256.009.911	45,21%	78.199.051	203.199.943	-	281.398.994	32,14%
C&M	17.103.426	-	17.103.426	3,02%	17.103.426	-	-	17.103.426	1,95%
CAESB	12.500.000	37.500.000	50.000.000	8,83%	12.500.000	37.500.000	-	50.000.000	5,71%
TERRACAP	25.000.000	74.999.999	99.999.999	17,66%	25.000.000	74.999.999	-	99.999.999	11,42%
CEBPAR	6.642.500	6.642.500	13.285.000	2,35%	6.642.500	6.642.500	-	13.285.000	1,52%
TOTAL	243.905.724	322.342.442	566.248.166	100%	291.905.724	322.342.442	261.401.094	875.649.259	100%

Assim com a integralizações das ações da CEB e SERVENG o total de ações da companhia aumentaram de 566.248.442 ações para 875.649.260 ações. Consequentemente, a CEB Participações S/A teve reduzida a sua participação acionária na empresa de 2,3461% para 1,5172% mantendo o total de 13.285.000 ações sendo 6.642.500 de Ações Ordinárias e 6.642.500 Ações Preferencias Nominativas da Classe “A”.

Outros Negócios

Além dos contratos de comercialização de energia elétrica, provenientes da UHE Queimado, a CEB Participações S.A. obtém receitas adicionais provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB; da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões e das aplicações financeiras no Banco de Brasília S.A. e Banco Bradesco S.A., atualmente remuneradas de 95% a 98% do CDI, respectivamente.

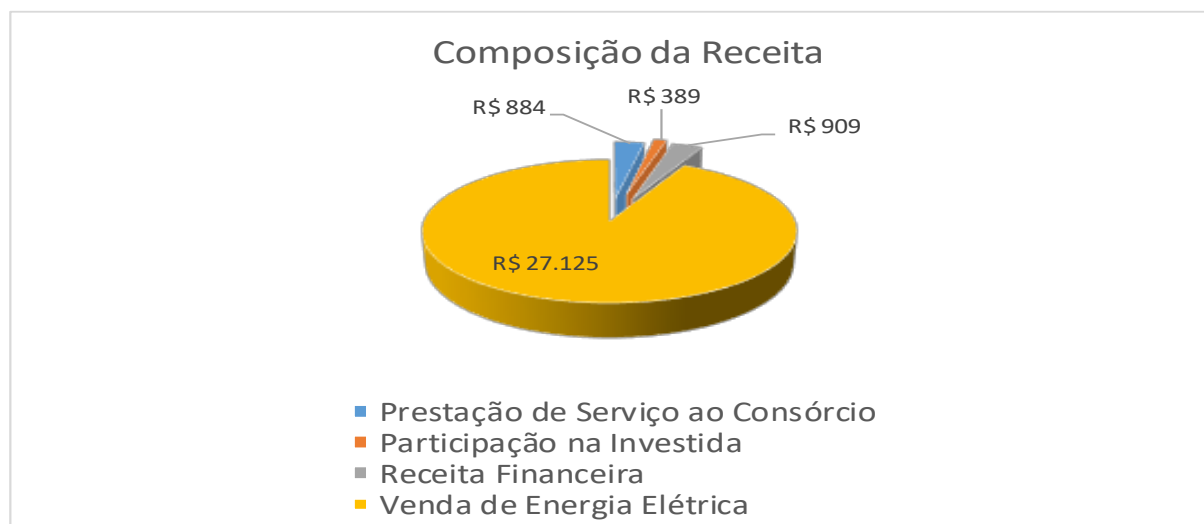
Certificado de Depósito Bancário (CDB)

A Empresa possui Certificado de Depósito Bancário (CDB - Panamericano) registrado na CETIP, com o código de Instrumento Financeiro número CDB006026GS com data de emissão 16/01/2006 e com vencimento para o dia 18/12/2020, contemplam em sua totalidade 1.252.500.529 cotas, a CEB participações possui 62.625.026 cotas, correspondente ao percentual de 5% do total. O CDB – Panamericano está custodiado no Banco BRB, que tem o valor de face de aproximadamente de R\$ 371 mil.

Existe ação judicial em curso, interposta pelos novos controladores do Banco Panamericano (BTG Pactual e Caixa Econômica) questionando a validade do título CDB e o valor pactuado, alegando conluio entre os antigos administradores do Banco Panamericano. Em decisão liminar o juiz reconheceu o ativo como válido. A ação continua em curso e é acompanhada pelo Escritório Margazão e Balaró Advogados, em São Paulo. Ação contingenciada com grau de risco possível, por ser evento futuro e incerto.

5. DESMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A receita manteve a tendência de crescimento apresentada nos últimos anos. Foi marcada pela continuidade dos contratos de venda de energia gerada pela UHE Queimado, que representou a principal fonte de recursos da Empresa, e complementada pela prestação de serviços administrativos ao Consórcio Cemig-CEB, pelos resultados da participação acionária na Companhia Corumbá Concessões S.A. e pelas aplicações financeiras, conforme composição apresentada a seguir:



A receita operacional bruta, composta pela soma das receitas auferidas da venda de energia e da prestação de serviços, cresceu 32,13% em 2019. Os resultados dos últimos quatro anos que estão consignados no quadro a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Receita Operacional Bruta	17.239	18.151	21.198	28.009
Receita Operacional Líquida	16.057	16.970	19.743	26.143

A Companhia adotou o novo plano de contas estabelecido pela ANEEL, onde determina a classificação como Dedução da receita bruta as despesas de Taxa de fiscalização da ANEEL e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, que até então eram registradas como custo de energia elétrica e operação. Estes saldos necessitaram ser reclassificados em 2016.

As receitas provenientes da prestação de serviços administrativos, jurídico, financeiro e contábil ao Consórcio Cemig-CEB, resultaram em R\$ 884 mil.

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Prestação de Serviços ao Consórcio	801	743	812	884

A participação acionária na investida Companhia Corumbá Concessões S.A., mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial, também foi positivo no valor de R\$ 389 mil.

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Equivalência Patrimonial	112	168	793	389

A receita adicional das aplicações mantidas no Banco de Brasília - BRB e no Bradesco totalizaram R\$ 474 mil, o aumento comparado com 2018, se deve pelo maior volume de dinheiro mantido no caixa da empresa.

Sendo assim, a Receita Financeira em 2019, de R\$ 909 mil, apresentou aumento de 36,69% em relação a 2018.

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Rendimento de Aplicações Financeiras	1.497	833	216	474
Receitas Financeiras/Contrato de Mútuo	113	32	86	67
Reconhecimento de Receita Financeira FIP	114	-	152	114
Atualizações sobre Crédito Tributário	6	14	30	36
Outras Receitas Financeiras	2	1	181	218
Receitas Financeiras	<u>1.732</u>	<u>880</u>	<u>665</u>	<u>909</u>

Com relação aos efeitos financeiros e econômicos do déficit anual nas operações de energia no MCP¹, estes foram mitigados, em parte, pela repactuação do risco hidrológico celebrado no final de 2015 e pela estratégia operada pela Empresa durante o ano.

¹ MCP - Mercado de Curto Prazo.

Assim, os gastos de aquisição de energia necessários para adimplir os contratos de comercialização no ACR2 sofreram um expressivo aumento saindo de R\$ 105 mil em 2018, para R\$ 3.774 mil, isso se deve por uma estratégia da companhia em reduzir os valores do contas a receber referente a inadimplência do mercado do curto prazo, em contrapartida à essa compra de energia, a empresa realizou uma venda no ACL nos meses de março e agosto de 2019 arrecadando um montante de R\$ 4.930 mil, aumentando as receitas além de reduzir a inadimplência do MCP.

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Energia de Curto Prazo	-1.030	-2.370	-105	-3.774
Custo do Uso do Sistema de Distribuição	-847	-848	-1.056	-1.187

Com relação ao custeio, as principais despesas realizadas durante o ano decorreram de obrigações e encargos setoriais, tais como, compensação financeira por uso de recursos hídricos, compensação financeira por uso do bem público, CUSD³; taxas destinadas à ANEEL⁴, CCEE⁵, ONS⁶, gastos com liquidações no MCP⁷ de energia elétrica, despesas administrativas de pessoal, material, serviços, etc.

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>
Receita Bruta de Venda e Serviços	17.239	18.151	21.198	28.009
Venda de Energia Elétrica	16.181	17.178	17.731	18.442
Comercialização Energia ACL	-	-	-	4.930
Comercialização Energia de Curto Prazo CCEE	257	230	2.655	3.753
Prestação de Serviços	801	743	812	884
Deduções da Receita Operacional	-1.182	-1.181	-1.455	-1.866
PIS	-112	-118	-138	-182
COFINS	-517	-545	-636	-840
ISS	-40	-37	-41	-44
P&D	-163	-164	-190	-256
Taxa de Fiscalização ANEEL	-154	-161	-162	-183
Compensação Financeiras pelo uso de Recursos Hídricos	-196	-156	-288	-361
Receita Operacional Líquida	16.057	16.970	19.743	26.143

Houve ainda um evento importante relacionado à regulação. O MME⁸ publicou a Portaria nº 178, de 03 de maio de 2017, que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações descritas no relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHE's Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN". A revisão aumentou em

² ACR - Ambiente de Contratação Regulada.

³ Contrato de Uso do Sistema de Distribuição celebrado com outras distribuidoras para uso das instalações do sistema de distribuição (CSD).

⁴ Agência Nacional de Energia Elétrica.

⁵ Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

⁶ Operador Nacional do Sistema.

⁷ Mercado de Curto Prazo.

⁸ Ministério de Minas e Energia.

17,1% o montante da garantia física de energia atribuída à UHE Queimado, saindo de 58,0 para 67,9 MW Médio, com efeitos positivos que vigoraram no exercício de 2018 e 2019.

De forma geral, o bom resultado alcançado pela CEB Participações S.A. em 2019 decorreu da comercialização dos contratos de energia elétrica, do controle rígido das despesas operacionais e da priorização de investimentos relevantes ao bom andamento do negócio. Para os próximos anos tem-se a expectativa de estabilização do ciclo hidrológico que somada aos ajustes regulatórios demandados pelo setor contribuirão para redução do risco financeiro de geração, aumento dos volumes negociados e melhoria dos indicadores empresariais.

A receita proveniente da comercialização de energia elétrica gerada pela UHE Queimado em 2019 foi de R\$ 27.125 mil. Quando comparada ao valor apurado no ano anterior, de R\$ 20.386 mil, representa um aumento de 33,06%. Considerando os recursos oriundos do contrato de prestação de serviços administrativo-financeiros prestados ao Consórcio Cemig-CEB, a receita operacional bruta aumentou 32,13%, totalizando R\$ 28.009 mil. No final do exercício, foi apurado um lucro de R\$ 15.598 mil.

	2016	2017	2018	2019
Receita Operacional Bruta	17.239	18.151	21.198	28.009
Receita Operacional Líquida	16.057	16.970	19.743	26.143
Resultado Antes dos Tributos	11.306	9.185	15.539	16.814
EBITDA	10.415	9.777	15.704	17.979
Lucro Líquido (Prejuízo)	10.187	8.293	14.621	15.598
Patrimônio Líquido	39.457	26.794	31.529	32.785

6. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados apresentados pela CEB Participações S.A. estão de acordo com as novas normas de contabilidade e inseridas no processo de harmonização das normas contábeis brasileiras e internacionais (IFRS).

O Estatuto Social da Companhia é omissivo em relação ao percentual de remuneração do dividendo mínimo obrigatório, por esta razão foi aplicado metade do lucro líquido do exercício, conforme preceitua a Lei nº 6.404/76. Assim a destinação do lucro líquido para dividendos mínimos obrigatórios, menos a antecipação de dividendos obrigatórios de R\$1.000 mil e de R\$6.409 mil, e para dividendos adicionais propostos de R\$ 7.409 mil, conforme discriminado no quadro a seguir:

APURAÇÃO/DESTINAÇÃO DE DIVIDENDOS 2019

Lucro Líquido do Exercício	15.598
Constituição de Reserva Legal	-780
Base de Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	14.818
Antecipação de Dividendos	-1.000
Dividendo Mínimo Obrigatório – metade	6.409
Destinação para Dividendos Adicionais Propostos	7.409

Registra-se que no exercício 2019 a empresa realizou uma antecipação de dividendos em julho no valor de R\$1.000 mil, sendo este valor inferior a metade, restando ainda a ser distribuído R\$6.409 mil de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 7.409 mil de dividendos adicionais propostos. Este último, por sua vez, encontra-se em conta específica aguardando a Assembleia Geral Ordinária que se aprovado, será transferido para o passivo como dividendos declarados.

7. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A CEB Participações S.A. adota um sistema de rodízio dos seus Auditores Independentes, atendendo à determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Teixeira & Associados Auditores Independentes, vencedora do último certame licitatório para a contratação dos serviços de auditoria independente.

8. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Pessoal

COLABORADORES	2016	2017	2018	2019
Diretores sem vínculo efetivo	3	3	3	3
Requisitados da CEB Distribuição S.A.	1	1	1	1
Emprego em Comissão*	3	3	3	5
Conselheiros sem vínculo efetivo	2	2	3	3
Total (Força de Trabalho)	9	9	10	12

*Reapresentado.

Emprego em comissão*- Funcionário afastado por Auxílio Doença desde de 2014.

9. CONTEXTO OPERACIONAL

O ano de 2019 manteve o cenário hidrológico desfavorável dos últimos anos, persistindo uma hidrologia com registros abaixo do histórico médio o que impactou diretamente nas usinas de todo o grupo CEB ao ficarem expostas a um Ajuste do MRE ou Generation Scalling Factor-GSF de 81%.

Mesmo com o desafio do cenário hidrológico de 2019, a CEB Participações conseguiu mitigar parte desse impacto no resultado por meio das estratégias de repactuação do risco hidrológico e sazonalização uniforme dos contratos.

A Companhia seguiu gerindo seu hedge continuamente, de forma a acompanhar as oscilações de mercado e se proteger dos impactos do GSF (Generation Scaling Factor) e do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), que causam aos agentes de geração de energia exposição financeira no Mercado de Curto Prazo, tendo reduzido substancialmente, em 2019, os impactos econômicos neste segmento.

Adicionalmente, a estratégia de sazonalização adotada para 2019 permitiu leilões de venda de energia em fevereiro e agosto de 2019 que viabilizou um crescimento expressivo no total da receita de venda de energia em 2019 de, aproximadamente 27%, em relação ao ano anterior. Em fevereiro, o leilão de venda agregou receita adicional de 1,44 milhões e o de agosto, receita adicional de 3,45 milhões, diretamente ao caixa da empresa.

Assim, de forma inovadora e com responsabilidade, a CEB Participações vem atuando no mercado de energia realizando ações distintas como a venda de energia no curto e médio prazo, repactuação do risco hidrológico, entre outras, em atendimento à diretriz de conservação do seu hedge de energia, visando mitigar os efeitos da exposição financeira no Mercado de Curto Prazo.

10. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Toda energia produzida na UHE Queimado referente à quota parte da CEB Participações S.A. é comercializada no ambiente regulado da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por meio de leilão, onde as compradoras são as distribuidoras de energia.

A Empresa participou do 1º Leilão de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da CCEE, realizado em dezembro de 2005, com período de suprimento compreendido entre 2008 e 2033.

Na ocasião foram formalizados 32 (trinta e dois) contratos de comercialização de energia no ambiente regulado. Como produtor independente, participante do Sistema Interligado Nacional e do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, a energia não contratada é transacionada no Mercado de Curto Prazo – MCP.

A Energia comercializada esse ano pela CEB Participações S.A. no Ambiente de Contratação Regulada está discriminada no quadro a seguir, comparada aos valores apresentados nos exercícios anteriores:

Energia Comercializada no ACR

Semestres	Montante (MW) 2016	Montante (MW) 2017	Montante (MW) 2018	Montante (MW) 2019
1º Semestre	9,245	8,996	9,182	9,061
2º Semestre	8,803	9,005	9,000	8,937

11. ALIENAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética de Brasília – CEB realizada em 19 de junho de 2019, foi deliberado, por maioria de votos, alterar o Plano de Negócios para o período de 2019 e 2023 para sobrestar a alienação das participações em sociedades geradoras de energia, o que inclui a CEBPar, considerando que a Lei nº 5.577/DF, de 21 de dezembro de 2015 é autorizativa e não determinativa. Dessa forma, a CEB Participações passou a desconsiderar, nas suas expectativas de negócios, qualquer possibilidade de alienação de seus ativos.

12 – AGRADECIMENTOS

A Administração da CEB Participações S.A. agradece seus clientes, fornecedores e o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, bem como a confiança e o apoio dispensado pelo seu acionista controlador, Companhia Energética de Brasília – CEB, que possibilitaram o alcance do bom desempenho deste exercício.

Brasília, 13 de março de 2020.

A ADMINISTRAÇÃO